

Eixo III

Ética informacional: Para não dizer que não falei das flores

O Serviço Nacional de Informações e a censura a LGBTI+ na ditadura militar brasileira

Jacqueline Ribeiro Cabral

Medo nós têm, mas não usa.
(Margarida Maria Alves, 1933-1983)

Considerações preliminares

A história brasileira foi marcada por diversas intervenções militares. Desde a proclamação da República, passando pelo tenentismo, pelo apoio à entronização e deposição de Getúlio Vargas – sucedido pelo general Dutra –, pela renúncia de Jânio Quadros e ascensão de João Goulart ao poder até a sua destituição pelos próprios militares com o golpe de 1964, tais intervenções determinaram parte significativa da vida no país desde o século XIX. Alguns estudiosos argumentam que, mesmo em períodos em que não estiveram no centro do cenário nacional, as forças militares nunca deixaram de influenciar fortemente os bastidores da política e da sociedade brasileira. Esses episódios seriam herdados de um real poder ‘moderador’ instituído nos tempos do Império.

De maneira direta e explícita, seja pela tutela das forças civis ou a presença decisiva do serviço secreto militarizado ou ainda pelo estabelecimento da ‘justiça fardada’ amparada pelos tribunais militares, foram raríssimas as oportunidades em que as forças armadas cumpriram sua função precípua de combater os inimigos externos. Por outro lado, são evidentes os movimentos de vigilância e punição (FOUCAULT, 1987) sobre indivíduos e grupos sociais internos.

A deflagração do golpe de 1964 e a efetivação de um governo militar colocaram a participação das forças armadas em patamar inédito da conjuntura nacional, diferente das quarteladas manifestadas em outras intervenções. Neste caso, engendrou-se uma política de Estado que durou mais de 20 anos e se legitimou no poder, ainda que de forma arbitrária, pela necessidade de coibição aos elementos 'subversivos' da sociedade.

Um dos pilares do aparato repressivo foi o onipotente Serviço Nacional de Informações (SNI), criado em 1964 com o intuito de coordenar e supervisionar as atividades de inteligência, informação e contrainformação no país e no exterior. Nos cinco primeiros anos de sua existência, a ditadura estabeleceu um complexo sistema reticulado que abrigou o amplo dispositivo de coleta e análise de dados cujo órgão nuclear era justamente o SNI. Sua estrutura altamente capilarizada estava distribuída através de agências regionais, das Divisões de Segurança e Informações (DSI) alojadas nos ministérios civis, e das Assessorias de Segurança e Informações (ASI) instaladas nas autarquias federais e em cada órgão público. Isso assegurava a eficiência do sistema no cumprimento de suas funções primordiais: a formulação de diretrizes para a elaboração de estratégias no âmbito da presidência da República e a atuação como centro de uma rede de informações atuando em todos os níveis da administração pública e na sociedade em geral.

Durante os longos anos de seu funcionamento, o SNI criou um vasto arquivo sobre os brasileiros, investigando, monitorando e armazenando informações sobre estudantes, intelectuais, líderes sindicais, parlamentares, religiosos e quaisquer elementos que o regime considerasse subversivo. Os registros contidos em suas bases de dados norteavam os agentes do governo na execução de medidas de violação das liberdades e direitos básicos de cidadãos brasileiros e estrangeiros. O principal foco no rastreamento e interceptação de informações eram, sem dúvida, os movimentos de esquerda. Com a promulgação da nova Constituição em 1967, os crimes de opinião e de subversão, o enquadramento de qualquer cidadão na Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei n. 314, publicado no mesmo ano), sua expulsão do Brasil e a

vigilância de seus familiares, bem como a indisponibilidade dos seus bens, estavam finalmente institucionalizados. A implantação do Estado de exceção passa a ser constitucional e a ditadura estava plenamente legalizada.

No arranjo do quadro opressivo ditatorial, ocorreram desde situações extremas – exílios, prisões e torturas – como outras formas de contenção gerenciadas pelas autoridades. Dentre os mais variados mecanismos de controle e perseguição aos opositores, a censura às artes e aos meios de comunicação sobressai como dispositivo para o sufocamento das críticas e da constituição de forças de resistência ao regime, sendo também um dos temas mais explorados pelos estudiosos do período.

Em sua dissertação de mestrado, Marcelino (2006) menciona duas vertentes distintas da censura: uma voltada para a questão da moral e dos costumes, e a outra para as questões mais estritamente político-ideológicas. Esse tem sido o posicionamento de alguns autores e autoras que se debruçam sobre a atividade censória na ditadura militar. Entretanto, o que parece ficar evidente ao menos em parte da documentação já consultada e que ora se pretende prosseguir compilando no presente projeto de pesquisa é, na verdade, a interconexão entre ambas as instâncias.

Para dar um exemplo que interessa diretamente à presente investigação, ao que tudo indica, qualquer comportamento ou expressão identitária fora da óptica cisheterossexista⁸, era tida pelos agentes da censura como mais um ‘plano do

⁸ A palavra cissexual ou cisgênero (‘cis’, de forma abreviada) refere-se às pessoas cujo gênero é o mesmo que o designado no nascimento, indicando uma concordância entre a identidade de gênero e o sexo biológico de um indivíduo, além do comportamento considerado socialmente aceito para tal. Por derivação, cissexismo ou cisnormatividade é a desconsideração da existência de pessoas transexuais e transgêneros (‘trans’, de forma abreviada) na sociedade, é a negação de suas necessidades específicas, como a proibição de acesso aos banheiros públicos, a exigência de legitimação do discurso médico para que existam, a negação de status jurídico que impossibilita a vida civil e social em documentos oficiais, isto é, um conjunto de ações discriminatórias que estabelecem que trans são inferiores às cis de maneira institucional e/ou individual. A noção de cissexismo está intimamente ligada à de heterossexismo ou heteronormatividade, e é usada para descrever

comunismo internacional' para solapar as bases cristãs da democracia que os militares restabeleceram no Brasil desde que retiraram Jango e seu governo de cunho populista/trabalhista do poder. Em outras palavras, pessoas LGBTI+ – sigla que engloba lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, intersexuais e outras identidades de gênero e sexualidade não contempladas na atual sigla adotada, representadas pelo “+” – eram considerados ao mesmo tempo imorais e subversivas.

Mesmo considerando a apropriação indébita dos substantivos que formam a sigla LGBTI+ tanto como categorias analíticas com historicidade própria quanto frente à possibilidade da não autoidentificação dos indivíduos nessa complexa taxonomia⁹ – que por vezes também podem parecer naturalizadas e essencialistas, para não dizer, normativas –, essa incursão pelos ‘arquivos da repressão’ tem como intuito revelar como a documentação neles contida retrata os protagonistas quase solitários ou os sujeitos sociais com maior ou menor grau de consciência enquanto representação coletiva¹⁰, cujas existências têm sido historicamente vistas como

situações em que orientações sexuais diferentes da heterossexual são ignoradas, marginalizadas ou perseguidas por práticas sociais, crenças ou políticas, a partir da ideia de que existem duas categorias distintas e complementares (homem/macho e mulher/fêmea) e que relações sexuais e maritais consideradas normais se dão entre pessoas de sexos diferentes, cada qual com determinadas funções ‘naturais’. Desta forma, sexo físico, identidade e papel social de gênero deveriam enquadrar todas as pessoas dentro de normas integralmente masculinas ou femininas, sendo a heterossexualidade considerada como a única orientação sexual normal. Os críticos da cisheteronormatividade afirmam que a mesma estigmatiza comportamentos, práticas e subjetividades desviantes, dificultando vários tipos de autoexpressão e minando o direito das pessoas a se identificarem com o gênero que quiserem, inclusive nenhum.

⁹ Para não falar nas implicações do discurso ético e político do desejo segundo as desconstruções da representatividade identitária promovidas pela teórica espanhola Paul Beatriz Preciado.

¹⁰ Para usar a noção cunhada desde Durkheim como a forma homogênea e duradoura por meio da qual o grupo social pensa suas relações com os diferentes objetos que os afetam, até a reelaboração do seu sentido na psicologia por Moscovici, em que o individual e o coletivo se engendram mutuamente. Tais significados são diametralmente opostos à ideia de ‘representação individual’, que têm por substrato a consciência variável e efêmera de cada um.

desviantes no que concerne à ideia de como nos apresentamos ao mundo (performance social de gênero), de como somos representados ou nos autorepresentamos (subjetivação política e identidade) e de como levamos a efeito a nossa sexualidade (práticas sexo-afetivas).

De fato, compreende-se que o conceito de representação é bastante complexo, sendo difícil estabelecer um consenso sobre o seu significado. Em linhas gerais, aqui optou-se por reconhecê-lo como importante campo de visibilidade que opera a enorme profusão de discursos, imagens e formas simbólicas produzidas no mundo contemporâneo, assim como as influências de tais manifestações no pensamento e nas práticas sociais diárias dos indivíduos, conforme apontam Guarechi e Sandra Jovchelovitch¹¹ (1994).

Nesse sentido, seguiu-se no encaixo do acervo que corresponde ao Fundo da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ) – análogo ao SNI – na unidade regional do Rio de Janeiro do Arquivo Nacional, a fim justamente de identificar a profusão de narrativas e aspectos simbólicos acerca da vida de pessoas as quais se pode atribuir, de forma mais ou menos legítima, o rótulo LGBTI+, ainda que se leve em conta que tal etiqueta não abarque as múltiplas identidades de gênero e orientações sexuais, conforme apontado pela teoria *queer*.¹²

¹¹ Não obstante as normas que concernem a fixação da ordem dos elementos das referências para apresentação das fontes de informação, deliberou-se citar por extenso o prenome e o sobrenome apenas das autoras dos textos aqui indicados a fim de visibilizar a produção acadêmica e/ou literária em geral das mulheres, sem que elas ‘desapareçam’ por trás de seus sobrenomes paterno ou matrimonial.

¹² *Queer* é um termo oriundo do inglês, usado para designar pessoas que não seguem o padrão heterocentrado em termos de sexualidade ou binarismo de gênero. É comumente relacionado a quem não se reconhece nas formas usuais de identidade de gênero e orientação sexual, mas também para representar gays, lésbicas, bissexuais ou pessoas transgêneras. Literalmente, *queer* significa ‘estranho’, ‘esquisito’ ou ‘ridículo’, e foi por muito tempo considerado ofensivo aos homossexuais e indivíduos cuja expressão de gênero é diferente daquela atribuída ao sexo no nascimento. Atualmente tem sido adotada por parte da comunidade LGBT+ com a intenção de ressignificá-la de maneira positiva. Entretanto, é preciso salientar que *queer* não é necessariamente sinônimo de ser gay, lésbica ou bissexual, no sentido de fazer parte de uma normatização, ainda que desviante do padrão hegemônico heterossexual. Herdeiros da tradição epistemológica feminista, os estudos *queer* têm

Tendo em vista todas essas problematizações, estendeu-se o levantamento das fontes de informação para a contemporaneidade. O conjunto documental do Fundo DSI/MJ possui datas-limite entre os anos de 1946 e 1987, mas na prática sabe-se pela prévia consulta aos dois volumes de seus inventários dos dossiês da série intitulada Movimentos Contestatórios (BRASIL AN, 2013), que os resultados das buscas pelas representações sociais da diversidade sexual e de gênero só vão recuperar documentos a partir da década de 1970, isto é, em plena ditadura.

Na verdade, o escopo do projeto originalmente idealizado consiste em expandir as fronteiras de investigação para pelo menos dois outros dos principais arquivos públicos do Rio de Janeiro: o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Pelo que se nota em breves visitas aos portais eletrônicos dessas instituições, também é possível encontrar vestígios das identidades e vivências que recebem a chancela LGBTI+ nos acervos desses arquivos, possibilitando a ampliação do levantamento proposto e anunciando o potencial das fontes a serem exploradas por antropólogos, historiadores, pesquisadores das ciências sociais como um todo e demais interessados.

De qualquer forma, esta apresentação ficará dentro dos marcos do já referido Fundo DSI/MJ, que se reveste de especial importância na medida em que, sob a esfera do Ministério da Justiça, atuavam o Departamento de Polícia Federal, a Divisão de Censura e Diversões Públicas, a Comissão Geral de Investigações e a própria DSI.¹³ A atuação desses órgãos, decorrente das principais linhas ideológicas

reafirmado que essas representações resultam de complexas construções sociais e que, portanto, não existem papéis sexuais essencial ou biologicamente inscritos na natureza humana e sim formas variadas de desempenhar esses papéis. Dentro de tal lógica, o *queer* não pretende sair da condição de 'marginal' e sim desfrutar da mesma.

¹³ No início da década de 2000, o debate sobre os governos militares e o destino dos acervos produzidos pelos órgãos de informação toma novo impulso. O Arquivo Nacional começa a receber diversos acervos públicos e privados, que se encontram quase todos sob a guarda da Coordenação Regional do Distrito Federal, em Brasília. O único acervo de órgão de informação recolhido à sede no Rio de Janeiro é o da DSI/MJ, sob os cuidados da Coordenação de Documentos Escritos desde 2001. Em 2008, é retomado o tratamento arquivístico deste acervo, quando o Arquivo Nacional cria o Centro de Referência das Lutas

das forças políticas que assumiram o poder em 1964, transparece no conteúdo dos documentos do acervo especialmente no que tange o combate à subversão. Tais informações estão, em sua maioria, na série Movimentos Contestatórios, mas também na série referente às Questões Fundiárias e de Justiça.

Destaca-se ainda que o mapeamento dessa documentação vai ao encontro de uma das recomendações da Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada para apurar graves violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988. A advertência diz respeito ao “prosseguimento e fortalecimento da política de localização e abertura dos arquivos da ditadura militar”, o que inclui esforços para estimular e apoiar as pesquisas, produção de conteúdo, tomada de depoimentos, registros de informações, recolhimento e tratamento técnico de acervos sobre o período do regime de exceção na história recente do país.¹⁴

Outra recomendação importante e que interessa diretamente ao presente estudo é a que indica a “supressão, na legislação, de referências discriminatórias das homossexualidades”, sugerindo que se altere

o artigo 235 do Código Penal Militar, de 1969, do qual se deve excluir a referência à homossexualidade no dispositivo que estabelece ser crime “praticar, ou permitir o militar que com ele se pratique ato libidinoso, homossexual ou não, em lugar sujeito a administração militar”. A menção revela a discriminação a que os homossexuais estão sujeitos no âmbito das Forças Armadas. (BRASIL, CNV, 2014, v. 1, p. 972)

Ao longo da pesquisa, ainda em curso, talvez seja possível demonstrar melhor a constatação da Comissão da Verdade em relação aos abusos e perseguições sofridos

Políticas no Brasil – Memórias Reveladas, com a finalidade específica de reunir informações sobre os fatos da história política recente do país.

¹⁴ Ver recomendações do relatório final da CNV em 2014 (v. I, parte V, cap. 18, p. 964-975), disponível em <http://www.cnv.gov.br>.

por gays, lésbicas e travestis tanto da parte dos militares e seus correligionários – que investiram numa política de Estado homolebóbica – quanto dos grupos de esquerda¹⁵, apesar da participação ativa de LGBTI+ na resistência à ditadura (BRASIL CNV, 2014, v. 2, p. 299-312).

Dentro dessa perspectiva, quem sabe para além triste necessidade de denunciar a tragédia sobre ano após ano ocuparmos o primeiro lugar no *ranking* dos países que mais matam pessoas LGBTI+ no mundo (GGB, 2017), também se possa anunciar outro domínio em que tais subjetividades superam o papel de vítimas – ou melhor, de alvos das injúrias e agressões cotidianas –, demonstrando reiteradas vezes a capacidade (agência) tanto no sentido de contraposição transgressora às normas, quanto no sentido de negociação com as mesmas, de modo genuíno e em proveito próprio.

Percursos metodológicos em torno dos acervos

O recorte empírico do estudo concerne o desvelamento de como determinados atores sociais (LGBTI+) são retratados nos arquivos públicos. Mais precisamente, deu-se continuidade ao levantamento das fontes de informação realizado no Arquivo Nacional a partir do golpe militar em 1964, já que a documentação de períodos anteriores já havia sido sistematizada. O conjunto documental mais expressivo para esse momento mais recente da história do Brasil, conforme já anunciado, é o do Fundo DSI/MJ, que contempla o onipotente SNI.

Trata-se de uma abordagem das representações sociais e situações vivenciadas por sujeitos e grupos circunscritos em questões de identidade e constituição

¹⁵ É lamentável constatar a falta de compreensão das políticas identitárias por parte de certa esquerda, como se o problema de luta de classes não fosse generificado e racializado. A necessidade de organização de uma ampla frente das esquerdas contra os profascismos que se fortalecem no atual cenário sociopolítico brasileiro – reavivando cotidianamente as memórias da ditadura –, precisa levar em conta as relações de poder que atravessam determinados corpos e vidas marcadas pelo social.

simbólica que resistem à simples mensuração. Assim sendo, procedimentos de análise em caráter mais descritivo e exploratório permitem uma familiarização mais adequada da questão. Desde as fases iniciais do projeto mais amplo, que abarcou outros momentos históricos e partiu da pretensão de envolver acervos de outras instituições, foi necessário empreender uma revisão mais aprofundada principalmente da bibliografia referente às temáticas subjacentes tópico da construção das identidades contemporâneas, por demais subjetivas, e que esbarram em forças coesivas e coercitivas impostas interna e externamente, conferindo uma dinâmica própria ao social.

O desenvolvimento da pesquisa também tem como inspiração a ideia de arquivo enquanto campo etnográfico – etnografia aqui entendida tanto como um modo de produção do conhecimento ou um tipo de trabalho de campo, por excelência, da Antropologia, mas que também pode ser utilizado em outras áreas do saber. Agora, trata-se de desbravar ou mesmo inaugurar uma seara de pesquisa muito incipiente na Arquivologia e na Ciência da Informação¹⁶, entrecruzando-as com outras ciências sociais.

De qualquer forma, o referencial propiciado pela literatura acerca dos estudos de gêneros e sexualidades, a experiência de outras pesquisadoras e pesquisadores de alguma forma associados às teorias feministas, e as orientações gerais sugeridas pela vertente acadêmica da militância LGBTI+ enquanto movimento social mais ou menos organizado, para quem tem interesse em realizar levantamentos preliminares da temática em arquivos e bibliotecas, foram imprescindíveis para o trabalho.

¹⁶ Os estudos sobre gêneros e sexualidades têm se proliferado especialmente na Antropologia, Psicologia e Sociologia (bem menos na História), mas são bastante escassos no âmbito da Arquivologia e da Ciência da Informação como um todo. Nos EUA, há iniciativas como Lesbian Herstory Archives em Nova York, e The ONE National Gay & Lesbian Archives em Los Angeles, a partir do enfoque na documentação e nas fontes presentes nos arquivos. Na área de Filologia e Linguística, há pesquisadores da Universidad Nacional de La Plata que trabalham com a ideia de ‘arquivos dissidentes’ para materiais de animação *queer* em suporte digital. Uma iniciativa relevante em relação à preservação dessa memória refere-se ao projeto Documentación y Archivos *Queer* coordenado por José Antonio Frías, da Universidad de Salamanca, e Miguel Ángel Márdero Arellano, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Nesse sentido, os contornos da proposta ficaram mais evidentes depois que comecei a tomar parte nas atividades e reuniões do Núcleo de Pesquisa e Desconstrução de Gêneros (Degenera), grupo de estudos, reflexão e troca acerca de investigações, práticas e vivências que reúne pesquisadoras e pesquisadores, estudantes e pessoas com diferentes formações e idades escolares, interessadas em discutir e problematizar questões relacionadas à sexualidade, subjetivação e política, tendo como referencial dos estudos feministas e de gênero.¹⁷

Quanto aos procedimentos metodológicos e forma de análise dos resultados, adotou-se um conjunto composto por: (1) pesquisa bibliográfica – escolhida de acordo com os distintos períodos históricos; (2) pesquisa documental – compilação de documentos arquivísticos e análise de conteúdo/informações. De um universo de 39 dossiês da série Movimentos Contestatórios do Fundo DSI/MJ, ainda faltam 23 para compilação e análise. Isso quer dizer que já foram tabulados e analisados 16 dossiês, sendo bastante variada a quantidade de páginas de cada um: há dossiês com 5 a 10 p. e outros com 60 a 135 p. No levantamento geral, foram recuperados 68 itens ou conjuntos documentais (amarrados, maços ou pastas) com datas-limite entre 1864 e 1992.

Em razão das restrições de espaço, indicarei aqui apenas parte da listagem preliminar dos descritores que levei em consideração ao me lançar nas buscas dos acervos do Arquivo Nacional. Esse vocabulário, que contém mais de 60 termos e expressões primárias e derivadas, é condizente com as sugestões do campo de estudos sobre gêneros e sexualidades e refere-se particularmente às três principais categorias-chave (pecado, crime e doença), que se prolongam no tempo de forma

¹⁷ A aproximação com o Degenera – em funcionamento no Instituto de Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) –, contribuiu inclusive para perceber melhor que o meu engajamento nos movimentos sociais permeados pelos debates acerca da interseccionalidade de gênero, raça/etnia, classe e outros marcadores, não está dissociado do trabalho no âmbito acadêmico. Ver <https://degenerauerj.wordpress.com/> ou <https://www.facebook.com/DegeneraUerj>.

diacrônica e sincrônica, cada uma das quais com seus respectivos correspondentes institucionais (Igreja, Estado e Ciência), substantivos (sodomia, pederastia e homossexualismo) e adjetivos (sodomita, pederasta e homossexual).¹⁸

LISTA DE DESCRITORES PARA PESQUISAS SOBRE AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS LGBTI+ EM ARQUIVOS PÚBLICOS
AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida)
amor grego ou amor nefando
androginia
bissexual
desvio sexual
discriminação sexual
disforia de gênero
entendida(o)
escala de (Alfred) Kinsey
eunuco
gay
gueto
homofobia
homossexual
intersexual

¹⁸ Ademais, procurei seguir outras pistas através de entradas fechadas do vocabulário indexado nas bases do Acervo Judiciário como, por exemplo, 'atentado violento ao pudor', 'homicídio', 'injúria', 'pornografia', 'vadiagem' etc., e da pesquisa livre e em multinível de diversos fundos, coleções e inventários da base do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), como 'Federação Brasileira para o Progresso Feminino'. Em alguns casos, foi possível consultar os documentos que diziam respeito a esses descritores mas, em outros, só com uma equipe de pesquisadores e tempo razoável de dedicação para verificar os possíveis rastros da presença de LGBTI+ nos documentos recuperados, como no caso da entrada 'homicídio', que tem nada menos que 4.139 documentos. Tempo hábil e recursos humanos e materiais são imprescindíveis nesse tipo de empreitada de grande porte.

invertida(o)
lésbica
LGBTI+ (e outras siglas congêneres)
orientação sexual
parada do orgulho
pederastia
perversão sexual
relatórios (Shere) Hite
safismo
sodomia
transexual
transformismo
transgênero
travesti
tribadismo
uranismo

FONTE: Jacqueline CABRAL, 2015.

Antes prosseguir, talvez seja necessário apenas advertir que apesar do debate em relação ao anacronismo no uso da sigla LGBTI+ (muito recente) e da preferência pelo conceito de ‘homossexualidades’ pelos historiadores da área para épocas anteriores a criação da mesma, nem sempre me refiro à essa abreviação como coletividade coesa que, de fato não é, exceto para fins de simplificação aparente ou de viés político, no intuito de qualificar as orientações sexuais minoritárias¹⁹ e as manifestações de identidade de gênero divergentes do sexo designado no nascimento. O problema é que ‘homossexualidades’ não dá conta da identificação

¹⁹ ‘Minoria’ não em termos quantitativos, mas em relação ao parâmetro socialmente hegemônico.

dos sujeitos assim denominados ou autodenominados nos documentos consultados, já que ali aparecem representados como 'lésbicas', 'gays', 'bissexuais', 'transexuais' ou 'transgêneros' e 'travestis', separadamente. Daí que, não escrever LGBTI+ por extenso apenas nos poupa tempo e tinta, mas também significa evitar um termo ainda mais generalizante e normativo.²⁰

Homolesbobitranfobia como política de estado – da vergonha ao orgulho

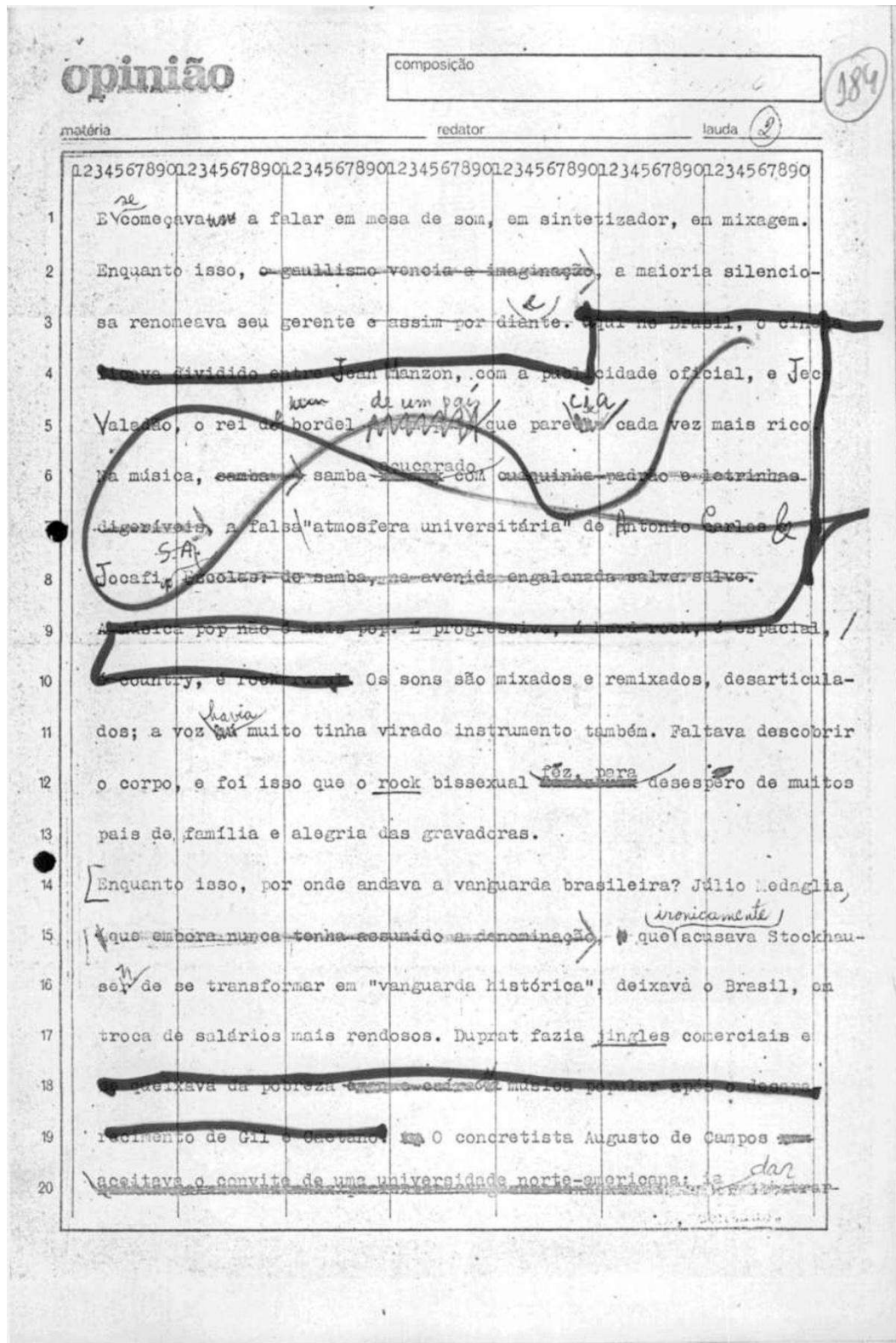
Dentro dos limites do presente ensaio, apresentarei então alguns dos documentos (unidades de descrição) dos agentes da censura do SNI em torno de grupos, sujeitos e demais representações que atravessam os corpos e vivências socialmente marcados pelo que hoje se rotula de maneira mais ou menos legítima como LGBTI+, além da profusa linguagem em torno destes.

O primeiro deles é um volume de 454 folhas contendo cópias eletrostáticas dos originais do jornal **Opinião** (n. 25, 23 abr. 1973) enviados à censura. Este semanário circulou entre 1972 e 1977, tendo repercussão nacional similar à da **Veja** na atualidade. Ao lado do também notável **O Pasquim**, o semanário era tido como mais uma publicação da chamada 'imprensa alternativa', que fazia oposição ao regime militar. O grau de sigilo do documento é confidencial e a ação censória aparece em todo exemplar.

²⁰ Talvez o meio acadêmico deva levar mais a sério o fato de que há um bom tempo a militância já não usa uma palavra tão engessada no masculino como 'homossexual' e seus derivados. Esse termo foi criado pelo advogado, jornalista e ativista de direitos humanos austro-húngaro Karl Maria Kertbeny como parte do seu sistema de classificação de tipos sexuais em substituição ao depreciativo 'pederasta', a fim de designar homens que se sentiam atraídos por outros homens. Kertbeny se referiu à palavra publicamente pela primeira vez em 1869 numa petição contra a lei que incriminava a 'fornicação antinatural' na Alemanha, facilitando a chantagem e extorsão de homossexuais que os levava ao suicídio ou à prisão com trabalhos forçados. Mais tarde, esse militante pioneiro também chamou de 'heterossexuais' os homens que se sentiam sexualmente atraídos por mulheres e de 'monossexuais' os que tinham preferência pela masturbação, dentre outros termos que foram logo apropriados pelo discurso médico psiquiátrico como uma forma de nomear, condenar e, sobretudo, reivindicar seus direitos de propriedade sobre determinado grupo. Ver BERUTTI (2010) e outros títulos referenciados na bibliografia adiante.

Na figura abaixo – trecho de uma crítica musical ao disco **Araçá Azul**, de Caetano Veloso –, vê-se uma rara referência ao termo ‘bissexual’ em toda documentação pesquisada. Em sua análise faixa por faixa do LP (*long play*), o autor indica que a voz do cantor e compositor baiano há “muito tinha virado instrumento”, faltando então “descobrir o corpo” como “o rock bissexual fez para o desespero de muitos pais de família e alegria das gravadoras”. Interessante notar a referência ao apelo de uma indústria cultural pronta para vender comportamentos supostamente contrários à moral.

Fig. 1 - Cópia de original de *Opinião* enviado à censura



Fonte: BRASIL, AN, *Inventário dos dossiês avulsos da série Movimentos Contestatórios do fundo DSI/MJ*, 2013, v. 1. [cód. ref. BR.AN,RIO.TT.0.MCP.AVU.25 UD 12]

Ainda na mesma edição de **Opinião**, a censura volta a atuar na matéria intitulada “Freud, psicanálise e história”, que menciona os estudos do médico austríaco acerca da sexualidade ‘desviada’ de Leonardo Da Vinci. Trata-se de um texto de Robert Coles, traduzido para o português, sobre o livro em que Freud dissecou a personalidade de um dos mais citados artistas e cientistas do Renascimento italiano: “não há ninguém que seja tão grande que possa ser desgraçado por estar sujeito às leis que governam tanto as atividades normais quanto as patológicas, e ambas com a mesma força”. Na mencionada obra, originalmente publicada em 1910, Freud primeiro faz associações ao fato de Da Vinci ser canhoto e não se ter conhecimento de nenhum de seus casos amorosos, para mais adiante dar ênfase ao “medo que tinha das mulheres e a sua procura por relações intensas com homens”.²¹

O segundo documento é a Informação n. 77 da DSI (30 out. 1973), que versa acerca de reações políticas contrárias ao Ministério da Justiça. Classificado em grau secreto, o relatório dá conta do pronunciamento do deputado do emedebista fluminense José Peixoto Filho (MDB-RJ) na tribuna da Câmara sobre

a incapacidade dos governos no equacionamento dos graves problemas que atingem os menores no mundo ocidental, onde predominam o desajustamento social, a delinquência, o abandono, o homossexualismo, o tóxico e até mesmo a prostituição já na infância ou adolescência, a vadiagem, a marginalização social. [vide figura abaixo]

Sobre a fala do parlamentar opositor, pode-se concluir não só que ele não só faz referência a uma dada categoria etária (menor) que talvez seja diferente da sua

²¹ É quase um lugar-comum, ainda na atualidade, estabelecer correspondência entre indivíduos cuja mão mais hábil é a esquerda e a homossexualidade. Essa é uma das muitas teorias eugenistas defendidas pelo medido criminologista Cesare Lombroso, que serviram para reprimir centenas de milhares de crianças em fase de alfabetização no mundo inteiro. Para além disso, a matéria continua no número seguinte do jornal **Opinião** e, de acordo com o autor, Freud afirma que Leonardo Da Vinci sublimava seus impulsos sexuais por meio de um grande variedade de interesses.


percepção da categoria 'criança'²², como obviamente considera o homossexualismo [sic] um grave problema. Da parte da situação, percebe-se que a mesma estava mais preocupada com as críticas ao governo em si do que com qualquer outra coisa.

²² A ideia de infância no Brasil, a noção de que os momentos iniciais da vida de um bebê até os 12 anos de idade de uma criança são um período de desenvolvimento psicofísico que deve ser legalmente protegido, uma fase de brincadeiras, de frequência regular à escola etc., é algo muito recente, uma conquista da modernidade que ainda não foi plenamente consolidada no país, atravessada por questões interseccionais de classe, gênero e raça.

Fig. 2 - Informação n. 77/73/P sobre reações desfavoráveis


12 8

Secreto


MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO N.º 77/73/P /DSI/MJ



DATA: 30-10-1 973
ASSUNTO: Reações Desfavoráveis

REFERÊNCIA:
DIFUSÃO: GABINETE/MJ

DIFUSÃO ANTERIOR:

O Deputado PEIXOTO FILHO, do MDB-RJ, no último dia 23, usou a Tribuna da Câmara, durante o Pequeno Expediente, tecendo comentários acerca de perigos que envolvem todos os menores do mundo ocidental, onde predominam o desajustamento social, a delinquência, o abandono, o homossexualismo, o tóxico e, até mesmo a prostituição já na infância ou adolescência, a vadiagem, a marginalização social, aos quais se soma a notória incapacidade dos governos no equacionamento desses graves e humildes problemas.

A acrescentou que, em encontro de Pediatras, criminólogos e psiquiatras chegaram a conclusão que a "situação é dramática e deve impulsionar à ação, imediatamente, todos os matrces responsáveis pela sorte dos menores."

Asceverou, na ocasião que o assunto tem se constituído em preocupação constante dos mais importantes setores de atividade privada, sendo que está marcado para a próxima semana a "Semana do Menor," a realizar-se em São Paulo. Enquanto isso, ocorre, para satisfação de todos nós, o Ministro da Justiça - "o maior devedor de promessas governamentais" vem, nos dois últimos anos, ocupando os principais espaços de destacados órgãos da Imprensa brasileira, para anunciar o en

segue

A REVOLUÇÃO DE 64 E IRREVERSIVEL
E CONSOLIDARÁ A DEMOCRACIA NO
BRASIL.

DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA
MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTA DOCUMENTO (A L. 62 - DEC. N.º 60.417/67
REGULAMENTO PA A SALVAGUARDA DE
SUNTOS SIGILOSOS.

Secreto

DMJ - 1.354

Departamento de Imprensa Nacional -

Fonte: BRASIL, AN, *Inventário dos dossiês avulsos da série Movimentos Contestatórios do fundo DSI/MJ*, 2013, v. 1. [cód. ref. BR.AN,RIO.TT.0.MCP.AVU.250 UD 105]

Aproveito ainda para destacar, no documento em questão, os dizeres presentes no canto esquerdo inferior não só dessa como de todas as informações e informes²³ do Fundo DSI/MJ: “A Revolução de 64 é irreversível e consolidará a democracia no Brasil”. Ao que tudo indica, não é de hoje que golpes de Estado se autodenominam plenamente constitucionais e democráticos.

O terceiro e último documento que trago aqui é a Informação n. 810 (24 nov. 1975), um parecer negativo com grau de sigilo confidencial sobre o panfleto **Voz do Mundo Rural**, dando conta de que membros do comitê executivo da Federação Internacional de Movimentos de Adultos Rurais Católicos vieram da Bélgica para um evento de dez dias em Olinda (PE) a fim fazer propaganda do “movimento comunista internacional” em vez de evangelizar. O agente destaca que, no Brasil,

os padres católicos perderam há muito a sua aura de homens santos devido à ação escandalosa do clero comuno-progressista. Diariamente, a imprensa veicula notícias sobre padres homossexuais com vida sexual ativa, ladrões de imagens sacras das próprias igrejas (para revenda no mercado paralelo das artes), políticos ou marxistas. Os escândalos se repetem no país e no mundo. Os marxistas de sacristia colaboram ou militam no MCI, lutam abertamente pelos programas emanados de congressos nacionais e internacionais dos vermelhos e desempenham papel ativo na política partidária nacional.²⁴ [vide figura abaixo]

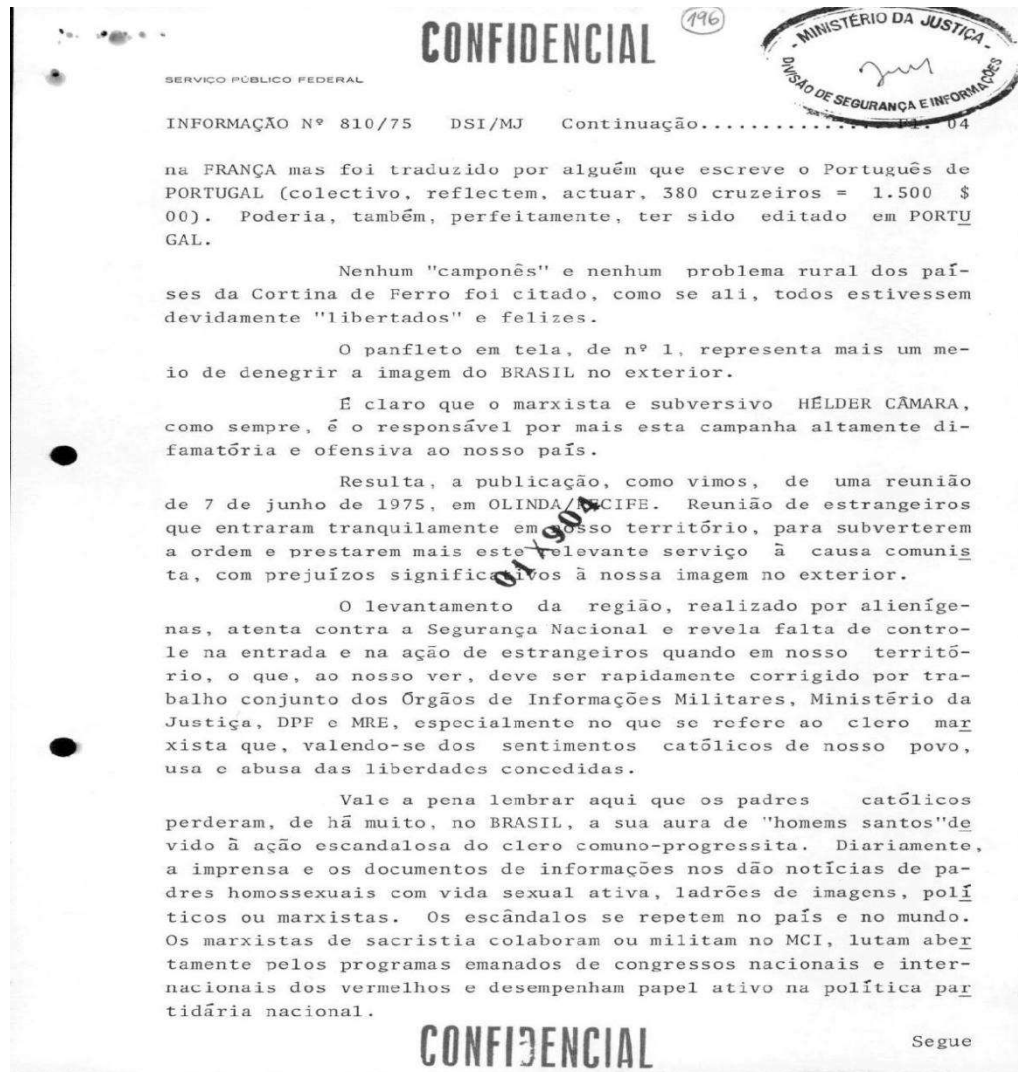
²³ De acordo com os diferentes tipos de conhecimento sobre inteligência das polícias e órgãos de segurança, ‘informação’ é o resultado de raciocínios que expressam a certeza do analista frente à verdade, fato ou situação passados e/ou presentes, indicando dados oriundos de fontes idôneas cujo conteúdo tenha sido confirmado também por outras fontes. Já ‘informe’ é o conhecimento resultante de juízos formulados que exprimem o estado de certeza, opinião ou dúvida do analista frente à verdade acerca de um fato ou situação passado e/ou presente, condicionado pela avaliação da idoneidade de sua fonte e à veracidade de seu conteúdo. Na terminologia arquivística, ‘informação’ é a elucidação dada à autoridade superior feita por funcionário subalterno incumbido de estudo de um processo, enquanto ‘informe’ é a descrição de fato ou fenômeno tal como foi visto e constatado. Ambos as espécies documentais (informe e informação) aparecem no levantamento realizado pela pesquisa no Fundo DSI/MJ.

²⁴ MCI é sigla usada nos documentos do SNI para ‘Movimento Comunista Internacional que, para os agentes da ditadura militar, engloba um amplo espectro desde religiosos católicos

Antes de terminar, é preciso considerar que os papéis do Fundo DSI/MJ alusivos às representações mais construtivas acerca da diversidade sexual e de gênero, obviamente não partiram das autoridades constituídas, e sim da própria comunidade LGBTI+ organizada, como expressão de uma consciência coletiva enquanto grupo.

associados à teologia da libertação e às Comunidades Eclesiais de Base até LGTB+! Nesse documento em especial, nomeia-se diretamente uma lista de bispos 'marxistas subversivos' como dom Helder Câmara (ex-integralista e depois fundador da Juventude Operária Católica-JOC nacional), dom Pedro Maria Casaldáliga Pá (espanhol radicado no Brasil) e dom Antônio Batista Fragoso (da JOC no Nordeste).

Fig. 3 - Informação n. 810/75 sobre o panfleto Voz do Mundo Rural



Fonte: BRASIL, AN, *Inventário dos dossiês avulsos da série Movimentos Contestatórios do fundo DSI/MJ*, 2013, v. 1. [cód. ref. BR.AN,RIO.TT.0.MCP.AVU.273 UD 121]

Tais documentos aparecem como anexos nos dossiês serviços de informação do regime militar e seu levantamento no presente estudo ainda em curso é uma amostra do potencial desse acervo na acepção dos primórdios da resistência às normas hegemônicas do patriarcado. Em outra oportunidade, cheguei a apresentar algumas dessas fontes (vide referências), porém é preciso terminar por aqui. De qualquer forma, a pesquisa terá continuidade em outros espaços de reflexão que,

como esse Simpósio, pretende que as histórias da ditadura permaneçam apenas na memória, que jamais voltem a acontecer no Brasil.

Considerações finais

O propósito principal desta comunicação foi trazer uma pequena amostra do levantamento de fontes de informação acerca da diversidade sexual e de gênero que tenho empreendido no Arquivo Nacional. Os documentos lá encontrados manifestam, sobretudo o ódio e a tentativa de silenciamento de quem ousa dizer não ao imperativo da cisheteronormatividade. A partir dos resultados das buscas na pesquisa livre e em multinível de diversos fundos, coleções e inventários da base do SIAN, inferem-se a necessidade de maior representatividade dos profissionais da informação que façam parte da comunidade LGBTI+ nas instituições arquivísticas, a fim de que se dê ensejo não só à questão do acesso, mas à divulgação desses acervos que permeiam os estudos sobre gêneros e sexualidades, documentação de interesse público e social, conforme preconiza a legislação.

Nesse sentido, também é imprescindível a atualização do vocabulário controlado, ao menos em relação aos conjuntos documentais recentemente organizados por conta do projeto Memórias Reveladas e que fazem parte da presente pesquisa. Não parece condizente que em pleno século XXI, décadas após a Organização Mundial de Saúde (OMS) ter banido a homossexualidade da lista internacional de doenças mentais, a indexação de termos em catálogos e sistemas de recuperação da informação resulte apenas em, por exemplo, 'homossexualismo'. Este é, sem dúvida, um desafio para o complexo trabalho de representação, de 'tradução' por meio de linguagens documentárias.

A construção mais horizontal dos arquivos, junto aos movimentos sociais LGBTI+, talvez também pudesse contribuir para a superação de preconceitos historicamente sedimentados – que se perpetuam no tempo através de atitudes discriminatórias e sentimentos hostis perpetrados contra essas minorias –,

ressignificando subjetividades que persistem na condição de memória sobre a existência desses grupos e indivíduos, mas também contemplando outros modos de subjetivação e revelando suas formas de resistência e transgressão às normas hegemônicas.

Referências

BERUTTI, Eliane. *Gays, lésbicas, transgenders: o caminho do arco-íris na cultura norte-americana*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. Brasília, DF: UnB, 1992.

BRASIL, Arquivo Nacional (AN). *Inventário dos dossiês avulsos da série Movimentos Contestatórios do fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013, 2 v.

BRASIL, Casa Civil da Presidência da República. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. *Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 6 abr. 2018.

BRASIL, Ministério da Justiça, Arquivo Nacional. Centro de Referência Memórias Reveladas. *Portal da Comissão Nacional da Verdade (CNV) – Institucional: Relatório da CNV*. Brasília (DF): CNV, 2014, 3 v. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>>. Acesso em: 6 abr. 2018.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CABRAL, Jacqueline. *Acervos iridescentes: representações e sentidos da diversidade sexual e de gênero no Arquivo Nacional*. 96f. Monografia (Graduação em Arquivologia) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2015.

_____. Arquivos da repressão: fontes de informação sobre diversidade sexual e de gênero na ditadura militar, *Archeion Online*, João Pessoa, UFPB, v. 5, n. esp., p.

103-121, jul.-dez. 2017. Disponível em:
<[http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/
archeion/article/view/36268/pdf_1](http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion/article/view/36268/pdf_1)>. Acesso em: 2 abr. 2018.

_____. *Imorais e subversivos: censura a LGBT durante a ditadura militar no Brasil*, *Periódicus*, Salvador, UFBA, v. 1, n. 4, p. 127-150, nov. 2015-abr. 2016. Disponível em:
<<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/15428/10577>>. Acesso em: 2 abr. 2018.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *Cultura e democracia*. São Paulo: Cortez, 1993.

ERTHAL, Daniele. O arquivista como gestor de fontes primárias para o fomento da produção intelectual, *Ponto de Acesso*, Salvador, v. 2, n. 2, p. 94-112, ago.-set. 2008.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EdUSP, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1975.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada: as ilusões armadas, 1964-1968*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, v. 1.

_____. *A ditadura escancarada: as ilusões armadas, 1969-1973*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, v. 2.

_____. *A ditadura derrotada: o sacerdote e o feiticeiro, 1974-1975*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, v. 3

_____. *A ditadura encurralada: o sacerdote e o feiticeiro, 1977*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, v. 4.

_____. *A ditadura acabada: 1978-1985*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016, v. 5.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GREEN, James Naylor. *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: EdUNESP, 2000.

GRUPO GAY DA BAHIA. *Assassinato de LGBT no Brasil: relatório 2016*. Salvador:

- GGB, 2017. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/01/relatc3b3rio-2016-os.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2018.
- GUARECHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. *Textos em representações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- LOYOLA, Maria Andréa. *A sexualidade nas ciências humanas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- MACHADO, Frederico Viana. Subjetivação política e identidade: contribuições de Jacques Rancière para a psicologia política, *Psicologia Política*, v. 13, n. 27, p. 261-280, maio-ago. 2013.
- MACHADO, Maria das Dores Campos; PICCOLO, Fernanda Delvalhas. *Religiões e homossexualidades*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- MARCELINO, Douglas Attila. *Salvando a pátria da pornografia e da subversão: a censura de livros e diversões públicas nos anos 1970*. 2006. 300f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2006.
- MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. *Discurso fora da ordem: sexualidades, saberes e direitos*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2012.
- MUCHEMBLED, Robert. *O orgasmo e ocidente*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- PAULA, Christiane Jalles de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 20 fev. 2018.
- PRECIADO, Paul Beatriz. *Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. São Paulo: n-1, 2015.
- TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). *Glossário de espécies/formatos e tipos documentais*: Portaria n. 3083 de outubro de 1997, Regimento Geral, Sistema de Arquivos (SAUSP). São Paulo: USP, 1997. Disponível em: <<http://sites.usp.br/arquivogeral/wp-content/uploads/sites/39/2015/02/glossario1.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2018.